

Aula 00

*Passo Estratégico de Lei Orgânica p/
PC-SP (Polícia Científica -Atend.
Necrotério) 2020.2 Pré-Edital*

Autor:
Flávia Bittencourt

10 de Agosto de 2020

AULA 00

LEI ORGÂNICA DA POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – PARTE I (ART. 1º AO 23)

SUMÁRIO

Sumário.....	1
Apresentação.....	2
Conteúdo do Curso e Metodologia.....	2
Cronograma.....	2
Lista de Questões com Comentários.....	4
Lista de Questões.....	10
Gabarito.....	13
Mapa Mental.....	14
Questionário de Revisão com Respostas.....	15
Questionário de Revisão sem Respostas.....	18



APRESENTAÇÃO

Olá pessoal, tudo bem? Antes de iniciarmos o conteúdo do e-book, peço licença para me apresentar.

Meu nome é Flávia Bittencourt. Sou economista, formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pós-graduada em Análise Financeira de Projetos. Trabalho como Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental na Prefeitura Municipal de Niterói, no Rio de Janeiro. Fui aprovada no concurso que inaugurou tal carreira na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão, em 2018. Atualmente estou cedida para a Secretaria de Fazenda do Município, atuando como Coordenadora de Encargos Financeiros e Gestão Orçamentária.

CONTEÚDO DO CURSO E METODOLOGIA

O objeto deste material será a **Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo**, Lei Complementar 207/1979 e suas alterações.

Destacamos que por se tratar de **legislação muito específica** não caberão aqui análises estatísticas de questões, nem resumos no formato tradicional do Passo Estratégico. Entretanto, objetivando sempre auxiliar a preparação de vocês, elaboramos esse modelo de e-book com **questões inéditas** para que conteúdos específicos e conceituais, como esse, pudessem ser revisados assim como as demais matérias.

Dessa forma, o objetivo desse modelo é **facilitar a memorização** dos assuntos através da repetição dos dispositivos legais.

Serão apresentadas questões no formato **certo** ou **errado**, objetivando a maior fixação do conteúdo. E ao final do curso, faremos um **simulado** com questões objetivas, nos moldes que a Vunesp, provável banca organizadora do concurso, costuma cobrar.

Sugerimos que, antes de estudar cada aula, o aluno **leia os respectivos dispositivos** da legislação, a fim de **potencializar** o aproveitamento desse material.

CRONOGRAMA

Vejamos a distribuição das aulas:

AULAS	TÓPICOS ABORDADOS	DATA
Aula 00	Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo (Lei	Disponível



	Complementar n.º 207 de 05/01/1979, Lei Complementar n.º 922/02 e Lei Complementar n.º 1.151/11) – Parte I	
Aula 01	Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo (Lei Complementar n.º 207 de 05/01/1979, Lei Complementar n.º 922/02 e Lei Complementar n.º 1.151/11) – Parte II	16/05/20
Aula 02	Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo (Lei Complementar n.º 207 de 05/01/1979, Lei Complementar n.º 922/02 e Lei Complementar n.º 1.151/11) – Parte III	23/05/20
Aula 03	Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo (Lei Complementar n.º 207 de 05/01/1979, Lei Complementar n.º 922/02 e Lei Complementar n.º 1.151/11) – Parte IV	30/05/20
Aula 04	Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo (Lei Complementar n.º 207 de 05/01/1979, Lei Complementar n.º 922/02 e Lei Complementar n.º 1.151/11) – Parte V	06/06/20
Aula 05	Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo (Lei Complementar n.º 207 de 05/01/1979, Lei Complementar n.º 922/02 e Lei Complementar n.º 1.151/11) – Parte VI	13/06/20
Aula 06	Simulado	20/06/20



LISTA DE QUESTÕES COM COMENTÁRIOS



Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo

Lei Complementar n.º 207 de 05/01/1979,

Lei Complementar n.º 922/02, e

Lei Complementar n.º 1.151/11

Título I

Da Polícia do Estado de São Paulo

De acordo com a Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo, julgue a assertivas a seguir.

1. () O serviço policial abrange: a prevenção e investigação criminais, o policiamento ostensivo, o trânsito e a proteção em casos de calamidade pública, incêndio e salvamento.

Comentários

Certo. A questão aborda a literalidade do parágrafo único Art. 1º da Lei Complementar 207/1979. De acordo com o artigo, a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública responsável pela manutenção, em todo o Estado, da ordem e da segurança pública internas, executará o serviço policial por intermédio dos órgãos policiais que a integram.

E ainda determina que será considerado como serviço policial a prevenção e investigação criminais, o policiamento ostensivo, o trânsito e a proteção em casos de calamidade pública, incêndio e salvamento.



2. () Será considerada como órgão policial, devendo subordinação hierárquica, administrativa e funcional ao Secretário da Segurança Pública somente a Polícia Civil.

Comentários

Errado. A questão erra ao restringir. De fato, conforme determina o Art. 2º da lei, a Polícia Civil é um órgão policial subordinado ao Secretário da Segurança Pública, entretanto a **Polícia Militar** também é. A assertiva, portanto, fica incorreta por trazer, de forma restritiva, apenas um dos órgãos previstos.

Cabe informar ainda que, também integrarão a Secretaria da Segurança Pública os órgãos de assessoramento do Secretário da Segurança, que constituem a administração superior da Pasta.

3. () São atribuições básicas da Polícia Civil o planejamento, a coordenação e a execução do policiamento ostensivo, fardado e a prevenção e extinção de incêndios; e da Polícia Militar o exercício da Polícia Judiciária, administrativa e preventiva especializada.

Comentários

Errado. A assertiva tenta confundir o candidato invertendo as atribuições. De acordo com o Art. 3º, cabe a **Polícia Civil** o exercício da **Polícia Judiciária, administrativa e preventiva especializada** e a **Polícia Militar** fica responsável pelo **planejamento, coordenação e execução do policiamento ostensivo**, fardado e a prevenção e extinção de incêndios.

4. () É vedada, salvo com autorização expressa do Secretário da Segurança Pública, a utilização de integrantes dos órgãos policiais em funções estranhas ao serviço policial, sob pena de responsabilidade da autoridade que o permitir.

Comentários

Errado. A assertiva versa sobre o Art. 6º da Lei Orgânica, o qual determina que a única exceção a vedação de utilização de integrantes dos órgãos policiais em funções estranhas, será a **autorização expressa do Governador**, e não do Secretário. Por esse motivo, a questão está equivocada.



Destaca-se que será considerado serviço policial, para todos os efeitos inclusive arregimentação, o exercido em cargo, ou funções de natureza policial, inclusive os de ensino a esta legados.

Título II

Da Polícia Civil

5. () Conforme determina a Lei Complementar nº 207/1979, considera-se carreira policial o conjunto de classes da mesma natureza de trabalho policial, hierarquicamente escalonadas de acordo com o grau de complexidade das atribuições e nível de responsabilidade.

Comentários

Errado. A assertiva trata do Art. 10 da referida lei, no qual são definidos três conceitos. Veja a seguir a íntegra do artigo.

Artigo 10. - Consideram-se para os fins desta lei complementar:

I - classe: conjunto de cargos públicos de natureza policial da mesma denominação e amplitude de vencimentos;

II - série de classes: conjunto de classes da mesma natureza de trabalho policial, hierarquicamente escalonadas de acordo com o grau de complexidade das atribuições e nível de responsabilidade;

III - carreira policial: conjunto de cargos de natureza policial civil, de provimento efetivo.

Observem que a questão troca os conceitos de **série de classes** com a **carreira policial**, o que acaba por inviabilizá-la.

6. () Conforme determinação da Lei Complementar nº 207/1979, são classes policiais civis aquelas constantes em seu anexo. Dentre elas estão os cargos de Delegado de Polícia, Escrivão de Polícia e Inspetor.



Comentários

Certo. A assertiva versa sobre a literalidade do Art. 11 da lei, além de citar alguns dos cargos presentes no Quadro da Secretaria da Segurança Pública. Cabe mencionar que a Lei Complementar nº 1.151/2011 atualizou o referido quadro. Portanto, muita atenção!!

7. () Considera-se requisito para provimento do cargo de Delegado de Polícia de Classe Especial e de 2ª Classe ser portador de certificado de curso específico ministrado pela Academia de Polícia de São Paulo.

Comentários

Certo. A assertiva trata do inciso XII Art. 15 da LC. O artigo em questão determina o rol de requisitos para o provimento de cada um dos cargos policiais civis. Em seu inciso XII ele determina exatamente isso. Para ser Delegado de Polícia de Classe Especial ou de 2ª Classe, faz-se necessário o certificado de curso específico ministrado pela Academia de Polícia de São Paulo.

8. () O ingresso nas carreiras policiais civis serão precedidos de concurso público o qual será realizado em 5 (cinco) fases.

Comentários

Certo. A questão trata do Art. 5º da Lei Complementar nº 1.151/2011 o qual modificou o Art. 16 da LC nº 207/1979. De fato, conforme a norma mais atual o concurso público deverá ser realizado em 5 etapas, quais sejam:

- prova preambular com questões de múltipla escolha; (NR)
- prova escrita com questões dissertativas, quando for o caso, a ser regulada em edital de concurso público; (NR)
- comprovação de idoneidade e conduta escorreita, mediante investigação social; (NR)



- prova oral, obrigatória para todas as carreiras nas quais seja exigido nível de ensino superior, e facultativa para as demais, conforme deliberação do Conselho da Polícia Civil; (NR)
- prova de títulos, quando for o caso, a ser regulada em edital de concurso público. (NR)

9. () Observada a classificação e número de cargos vagos, os candidatos serão admitidos pelo Secretário da Segurança Pública, em caráter experimental e transitório, e participarão de curso de formação específica. A admissão referida, assegura retribuição equivalente a metade do vencimento do cargo vago a que se candidatar o concursando.

Comentários

Errado. A questão versa sobre os Arts. 19 e 20, caput e § 1º da Lei Orgânica. Observem que o erro está na retribuição garantida aos candidatos. Isso porque, de acordo com o § 1º Art. 20, a admissão far-se-á com retribuição equivalente a do vencimento e demais vantagens do cargo vago a que se candidatar o concursando.

Portanto, é assegurado pela legislação o pagamento da **integralidade** do vencimento e demais vantagens.

10. () O candidato terá sua matrícula cancelada ou será dispensado do curso de formação caso não revele aproveitamento no curso.

Comentários

Certo. Conforme determinação do Art. 21 da Lei Orgânica, existem três hipóteses para que o candidato seja dispensado do curso de formação ou tenha sua matrícula cancelada, são elas:

- não atinja o mínimo de frequência estabelecida para o curso;



- não revele aproveitamento no curso;
- não tenha conduta irrepreensível na vida pública ou privada.

Portanto, a questão trata da hipótese prevista no inciso II Art. 21, sem fazer restrições.

Destaca-se ainda que os critérios para a apuração das condições da segunda e terceira hipóteses serão fixados em regulamento.



LISTA DE QUESTÕES

Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo

Lei Complementar n.º 207 de 05/01/1979,

Lei Complementar n.º 922/02, e

Lei Complementar n.º 1.151/11

Título I

Da Polícia do Estado de São Paulo

De acordo com a Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo, julgue a assertivas a seguir.

1. () O serviço policial abrange: a prevenção e investigação criminais, o policiamento ostensivo, o trânsito e a proteção em casos de calamidade pública, incêndio e salvamento.
2. () Será considerada como órgão policial, devendo subordinação hierárquica, administrativa e funcional ao Secretário da Segurança Pública somente a Polícia Civil.
3. () São atribuições básicas da Polícia Civil o planejamento, a coordenação e a execução do policiamento ostensivo, fardado e a prevenção e extinção de incêndios; e da Polícia Militar o exercício da Polícia Judiciária, administrativa e preventiva especializada.



4. () É vedada, salvo com autorização expressa do Secretário da Segurança Pública, a utilização de integrantes dos órgãos policiais em funções estranhas ao serviço policial, sob pena de responsabilidade da autoridade que o permitir.

Título II

Da Polícia Civil

5. () Conforme determina a Lei Complementar nº 207/1979, considera-se carreira policial o conjunto de classes da mesma natureza de trabalho policial, hierarquicamente escalonadas de acordo com o grau de complexidade das atribuições e nível de responsabilidade.

6. () Conforme determinação da Lei Complementar nº 207/1979, são classes policiais civis aquelas constantes em seu anexo. Dentre elas estão os cargos de Delegado de Polícia, Escrivão de Polícia e Inspetor.

7. () Considera-se requisito para provimento do cargo de Delegado de Polícia de Classe Especial e de 2ª Classe ser portador de certificado de curso específico ministrado pela Academia de Polícia de São Paulo.

8. () O ingresso nas carreiras policiais civis serão precedidos de concurso público o qual será realizado em 5 (cinco) fases.

9. () Observada a classificação e número de cargos vagos, os candidatos serão admitidos pelo Secretário da Segurança Pública, em caráter experimental e transitório, e participarão de curso de formação específica. A admissão referida, assegura retribuição equivalente a metade do vencimento do cargo vago a que se candidatar o concursando.



10. () O candidato terá sua matrícula cancelada ou será dispensado do curso de formação caso não revele aproveitamento no curso.



GABARITO

GABARITO



- 1. CERTO
- 2. ERRADO
- 3. ERRADO
- 4. ERRADO

- 5. ERRADO
- 6. CERTO
- 7. CERTO
- 8. CERTO

- 9. ERRADO
- 10. CERTO



MAPA MENTAL



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO COM RESPOSTAS

Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo

Lei Complementar n.º 207 de 05/01/1979,

Lei Complementar n.º 922/02, e

Lei Complementar n.º 1.151/11

Título I

Da Polícia do Estado de São Paulo

1. Quais são os órgãos policiais subordinados hierárquica, administrativa e funcionalmente ao Secretário da Segurança Pública?

Artigo 2º - São órgãos policiais, subordinados hierárquica, administrativa e funcionalmente ao Secretário da Segurança Pública:

I - Polícia Civil;

II - Polícia Militar.

§ 1º - Integrarão também a Secretaria da Segurança Pública os órgãos de assessoramento do Secretário da Segurança, que constituem a administração superior da Pasta.

§ 2º - A organização, estrutura, atribuições e competência pormenorizada dos órgãos de que trata este artigo serão estabelecidos por decreto, nos termos desta lei e da legislação federal pertinente.

2. Quais as atribuições básicas das Polícias Civil e Militar?



Artigo 3º - São atribuições básicas:

I - Da Polícia Civil - o exercício da Polícia Judiciária, administrativa e preventiva especializada;

II - Da Polícia Militar - o planejamento, a coordenação e a execução do policiamento ostensivo, fardado e a prevenção e extinção de incêndios.

3. Quem deverá orientar, conduzir e fiscalizar as guardas municipais, guardas noturnas e os serviços de segurança e vigilância, autorizadas por lei?

Artigo 8º - As guardas municipais, guardas noturnas e os serviços de segurança e vigilância, autorizados por lei, ficam sujeitos à orientação, condução e fiscalização da Secretaria da Segurança Pública, na forma de regulamentada específica.

Título II

Da Polícia Civil

4. Defina os conceitos: classe, série de classes e carreira policial.

Artigo 10. - Consideram-se para os fins desta lei complementar:

I - classe: conjunto de cargos públicos de natureza policial da mesma denominação e amplitude de vencimentos;

II - série de classes: conjunto de classes da mesma natureza de trabalho policial, hierarquicamente escalonadas de acordo com o grau de complexidade das atribuições e nível de responsabilidade;

III - carreira policial: conjunto de cargos de natureza policial civil, de provimento efetivo.

5. Defina os requisitos previstos na LC nº 207/1979 para a inscrição nos concursos públicos.

Artigo 18 - São requisitos para a inscrição nos concursos:

I - ser brasileiro;

II - ter no mínimo 18 (dezoito) anos, e no máximo 45 (quarenta e cinco) anos incompletos, à data do encerramento das inscrições;

III - não registrar antecedentes criminais;

IV - estar em gozo dos direitos políticos;



V - estar quite com o serviço militar;

VI - ter altura mínima de 1,60m para os candidatos aos cargos de Delegado de Polícia, Investigador de Polícia, Carcereiro e Motorista Policial.

Importante destacar, que esses requisitos estão previstos na LC nº 207/1979. Entretanto, o requisito da idade máxima, por exemplo não foi recepcionado pela atual Constituição Federal. Não sabemos como a banca vai cobrar, por isso vocês precisam estar preparados para tudo!



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO SEM RESPOSTAS

Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo

Lei Complementar n.º 207 de 05/01/1979,

Lei Complementar n.º 922/02, e

Lei Complementar n.º 1.151/11

Título I

Da Polícia do Estado de São Paulo

1. Quais são os órgãos policiais subordinados hierárquica, administrativa e funcionalmente ao Secretário da Segurança Pública?

2. Quais as atribuições básicas das Polícias Civil e Militar?

3. Quem deverá orientar, conduzir e fiscalizar as guardas municipais, guardas noturnas e os serviços de segurança e vigilância, autorizadas por lei?

Título II

Da Polícia Civil

4. Defina os conceitos: classe, série de classes e carreira policial.

5. Defina os requisitos previstos na LC nº 207/1979 para a inscrição nos concursos.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.